

PUBLICAÇÕES A PEDIDO.

27-1865 Ao publico. 14

O SR. SOUZA FRANCO, PRESIDENTE DA PROVINCIA DO RIO DE JANEIRO, E A SUSPENSÃO DO DR. JUIZ MUNICIPAL DO PIRAHY.

Era firme proposito meu não discutir na imprensa os fundamentos da portaria pela qual o presidente da provincia do Rio de Janeiro me suspendeu das funcções de juiz municipal e de orphãos do termo do Pirahy, sem que primeiro fosse instaurado e julgado o processo de responsabilidade, que por força da lei devia seguir-se—*immediatamente*—á suspensão.

Tendo, porém, já decorrido mais de vinte dias, sem que o promotor publico apresentasse ao juiz de direito interino da comarca a denuncia, e parecendo que semelhante procedimento tem por fim conservar-se-me suspenso por tempo indefinido, mesmo porque seria mais regular e legal que se remetesse essa portaria ao juiz de direito, para me instaurar incontinenti o processo de responsabilidade, e não ao promotor, que podia adiar aquillo que por sua natureza é urgente, julguei, portanto, conveniente não prolongar por mais tempo o silencio que me havia imposto, dando desde já ao publico e aos meus amigos a satisfação que lhes era devida.

Felizmente a minha reputação de magistrado está intacta, e os fundamentos da portaria do Sr. Souza Franco, quando verdadeiros fossem, servirão para provar-se que, durante cinco annos de exercicio dos cargos de juiz municipal e de promotor publico na provincia do Rio de Janeiro, não pratiquei acto algum de prevaricação que pudessem manchar a minha toga de magistrado.

Publico em seguida o officio que pelo presidente da provincia foi dirigido ao meu substituto acompanhado dessa peça importantissima, de cuja analyse me occuparei em outro artigo; por enquanto cumpre-me tornar bem patentes a posição e procedimento do Sr. Bernardo de Souza Franco em relação a mim e aos negocios do fóro do Pirahy, onde exerci as funcções de juiz de ausentes, em questões de que S. Ex. era advogado; e destarte habilito no publico para bem julgar das razões que deverião ter motivado a minha suspensão.

Quem ha que ignore que o conselheiro Bernardo de Souza Franco é o advogado do Sr. Manoel Martins do Couto Reis na tão celebre questão de herança jacente da finada D. Francisca Luiza de Assis, que se agitou no Pirahy, e em que tudo se tem envidado para dar-se a posse dos bens dessa herança, que é de *setecentos a oitocentos contos*, (700:000\$ a 800:000\$), ao constituinte de S. Ex. a titulo de *notoriedade publica* do parentesco daquelle com a finada?

Quem ha ahi que desconheça o desejo que sempre manifestou o Sr. Souza Franco de *inutilizar-me* (a expressão é formal), como juiz nas causas de seu constituinte, sendo que neste sentido não só aconselhou que se intentasse contra mim um processo de suspeição, que nenhum effeito produziu, como, querendo por si mesmo pôr em pratica o seu conselho, promoveu contra mim nesta corte um processo crime por supposto abuso de liberdade de imprensa, em que afinal foi vencido?

Quem por ventura ignora que o capricho ou sede de vingança do Sr. Souza Franco levou-o a reviver esse processo um mez depois de ter passado em julgado a sentença do juiz de direito, tentando até o *extraordinario* recurso de revista para o supremo tribunal de justiça da decisão que pôz termo pela segunda vez ao mesmo processo?

Quem não sabe que o actual presidente não duvidou remetter á assembléa fluminense, em cujo seio contava com uma maioria que o apoiava, uma queixa contra mim em nome do seu constituinte, pedindo que me suspendesse das funcções de juiz municipal e de orphãos do termo do Pirahy?

Para S. M. o Imperador ler.

Senhor.—Tive a honra de depositar nas augustas mãos de V. M. Imperial os documentos que pessoas de consideração me derão attestando o meu proceder na sociedade por occasião de ter sido perseguido por um potentado de serra acima, e tambem ainda recebi a imensa honra da attenção com que V. M. Imperial se dignou conceder-me na queixa que do mesmo fiz a V. M. Imperial.

Hoje que a autoridade que me havia perseguido injustamente se acha reintegrada pelo Sr. conselheiro Bernardo de Souza Franco, não devo conservar-me em silencio quando, havendo sido ella demittida a bem do serviço publico pelo Sr. Crispiniano, ex-presidente desta provincia, achia-se de novo exercendo um emprego para o que já foi julgado inhabilitado pelo seu proceder vingativo.

Só na administração de um tal presidente como o Sr. Bernardo de Souza Franco se poderia dar escandalo semelhante, e V. M. Imperial como augusto chefe da nação brasileira se dignará apreciar os actos irregulares que contra a lei e a moralidade publica praticão os delegados do governo sacrificando o bem publico aos interesses mesquinhos de partido.

Imperial senhor! Pacifico José da Silva, quando metteu-me sete dias em uma enxovia a pretexto de recrutado para o exercito, tinha convicção de que não prendia um vadio, e que o unico motivo que o levava a assim proceder era crdens que de outro havia recebido, ás quaes elle não podia furtar-se de cumprir.

Imperial senhor. O procedimento que teve o Sr. conselheiro Bernardo de Souza Franco é totalmento opposto ao do Sr. Crispiniano, e a bem da moralidade publica, cumpre que V. M. Imperial se digne lançar suas vistas á administração da provincia do Rio de Janeiro que está sendo uma manivella de potentados.

Com a fronte alçada venho perante a imprensa appellar para a justiça de V. M. Imperial, pelo proceder irregular que teve o Sr. Bernardo de Souza Franco.

OCTAVIANO HUDSON.

26 de Fevereiro de 1865.

tra mim em nome do seu constituinte, pedindo que me suspendesse das funcções de juiz municipal e de orphãos do Pirahy, e que essa illustrada corporação devolveu-lhe a queixa? (Vide *Jornal do Commercio* de 21 de Dezembro e 1º de Janeiro do corrente anno.)

O que, porém, o publico ignora e cumpre que o saiba é que o Sr. Souza Franco antes de enviar á assembléa a queixa referida já me havia remetido uma outra queixa do seu constituinte para que eu respondesse ás accusações que se me fazião: cumpri o meu dever dando-lhe prompta resposta, e o resultado foi que outros factos que não os mencionados na queixa a que respondi forão levados ao conhecimento da assembléa, onde tudo se pretendia provar por *notoriedade publica*, porque faltavão ao constituinte de S. Ex. os documentos que em *correição* no fóro de Pirahy pôde obter o Sr. Bernardo de Souza Franco para suspender-me.

E' notavel que durante as administrações dos Exms. Srs. José Norberto, Bello, Lopes de Leão, Tavares Bastos e Crispiniano, nunca se lembrasse o Sr. Couto Reis de queixar-se do meu procedimento como juiz; entretanto que na presidencia do Sr. Souza Franco, e no curto espaço de dez dias, forão levadas ao conhecimento de S. Ex. duas queixas.

O procedimento do presidente da provincia tem sido tal em relação ao fóro do Pirahy, que fundado parece ser o boato de que S. Ex. pretende reparar os prejuizos do seu constituinte Couto Reis, dando-lhe o que lhe negarão os juizes e tribunaes do paiz — *a posse dos bens da herança de D. Francisca Luiza de Assis* —; os leitores apreciarão a procedencia desse boato pelos actos successivos do presidente-advogado.

O primeiro cnidado de S. Ex. antes de assumir a administração da provincia foi obter a demissão do honrado collecter, que pugnára pelos interesses da fazenda publica contra os do seu constituinte, para substitui-lo pelo genro deste, Dr. João dos Santos Silveira.

Tratou em seguida de substituir-me na delegacia pelo advogado do seu constituinte no fóro do Pirahy, o tenente-coronel Joaquim Manoel de Sá.

Para o cargo de subdelegado da freguezia da villa nomeou S. Ex. o capitão Francisco Lopes Pimenta, unico juiz que, na qualidade de substituto de orphãos e ausentes, deu a favor de seu constituinte uma sentença, reconhecendo-o como herdeiro *notoriamente conhecido* da finada D. Francisca, sentença tão *juridica* que foi unanimemente reformada por dous acórdãos da relação da côrte, e ainda uma terceira vez pela relação revizora de Pernambuco, onde apenas teve o voto do desembargador Gitirana.

Veio afinal a minha *suspensão* coroar a obra da inversão das autoridades locais em protecção ao predilecto constituinte do presidente da provincia; e com

ella assumio o exercicio do cargo de juiz de direito o meu 1º substituto Dr. Candido Pereira Barreto, advogado do constituinte de S. Ex. o genro de Joaquim Manoel de Sá; e para que isto succedesse, houve por bem S. Ex. nomear-me 1º substituto do juiz de direito, honra a que por certo eu não tinha direito na administração do Sr. Souza Franco, tanto mais quanto a villa do Pirahy está a 14 leguas de distancia da cabeça da comarca — Rezende.

Finalmente em exercicio do cargo de juiz municipal está o Dr. José Caetano de Oliveira, medico, e pessoa tão intimamente ligada ao commendador José Breves por laços de gratidão, que só admitindo que a creatura se rebelle contra o creador poder-se-hia suppôr que elle fosse capaz de proferir algum despacho contrario aos interesses do commendador Joaquim Breves, a quem hypothecou o constituinte do Sr. Souza Franco o direito á herança de D. Francisca, como o publico poderá verificar nos *Jornaes do Commercio* de 16 e 26 de Novembro do anno proximo findo, nos quaes vem publicada a escriptura de hypotheca pelo valor de 256.000\$000.

São, portanto, autoridades criminaes, judicias e collecter no Pirahy, os genros, advogados e interessados pelos bons resultados da causa do Sr. Couto Reis, constituinte do Sr. Souza Franco.

Não está patente o motivo *razoavel* da minha *suspensão*?

RAYMUNDO FURTADO DE ALBUQUERQUE CAVALCANTE,
26 de Fevereiro de 1863.

em qualquer dos jornaes desta corte e affixado no lugar do costume pelo porteiro do juizo, que de assim o haver cumprido passará certidão para ser junta aos autos de justificação onde fica traslado deste. Dado e passado nesta cidade do Rio de Janeiro, aos 21 de Fevereiro de 1865. E eu Manoel Gonçalves Vianna, que o subscrevi.

O Dr. D. Luiz de Assis Mascarenhas, juiz dos orphãos e ausentes nesta corte e seu municipio, etc.: Faço saber a quem o presente edital vir que, tendo fallecido sem testamento nem herdeiros presentes nesta corte, á rua do Senhor dos Passos n. 173, no estado de solteiro, Francisco de Paulo Fernandes Santiago, natural da provincia de Minas-Geraes, e que exerceia interinamente o officio de tabellião, forão seus bens arrecadados por este juizo, tomando delles conta o curador geral das heranças jacentes e bens de ausentes, que está progredindo nos termos da arrecadação: a vista, porém, do que determina o art. 32 do regulamento de 15 de Junho de 1859, pelo presente chamo os herdeiros do mesmo finado a virem habilitar-se competentemente neste juizo; e para sua sciencia fiz passar o presente, que o official de justiça de semana affixará á porta da casa das audiencias deste juizo, lavrando o mesmo certidão, sendo igualmente publicado por duas vezes nas duas folhas mais lindas desta corte. Rio de Janeiro, 23 de Fevereiro de 1865. Eu, João Bráulio Moniz, escrivão, subscrevi. — D. Luiz de Assis Mascarenhas.

ARREMATACÕES JUDICIAES.

Quarta-feira 1 de Março do corrente anno, á porta do juizo da 1ª vara do commercio, á rua dos Pescadores n. 26, depois da audiencia, vão á praça para serem arrematados os bens seguintes, sendo de todos só metade: uma casa terrea com um pátio nos fundos, um rancho para tropeiros, outro mais, e uma casa ao lado da fazenda de Santa Cruz, tudo isto no curato da mesma, lugar denominado Curral Falso, bens pertencentes ao

corrente por cadernetas a juros de 7% accumulado por semestre. A entrada primitiva nunca será menor de 5\$ podendo ser as seguintes de qualquer quantia até mesmo de \$1000. O estabelecimento não recebe dinheiro por menos de 10 dias, nem quantia superior a 5:000\$ de cada depositante. O capital depositado pôde ser retirado em qualquer dia, na forma da tabella já publicada

Empréstimo dinheiro sobre caução de apolices geraes ou provinciaes, acções de bancos e companhias, generos depositados em trapiches alfandegados, e hypothecas de predios urbanos.

Incumbe-se da cobrança de alugueis de predios, dividendos de acções de bancos e companhias, juros de apolices e da compra e venda das mesmas.

COSTA GUIMARÃES & C.

MAUÁ MAC-GREGOR & C.

SACÃO SOBRE LONDRES, LISBOA E PORTO.

Descontão letras da praça.

Recebem dinheiro por letras a prazo nunca menor de 60 dias ao juro de 8 por cento.

Recebem dinheiro em conta corrente não sendo quantias menores de 1:000\$ e as retiradas dos dinheiros recebidos se effectuarão da maneira seguinte:

Com aviso previo de 7 dias quantias não excedentes a 10:000\$000

Com aviso previo de 10 dias quantias não excedentes a 20:000\$000

Com aviso previo de 15 dias quantias superiores a 20:000\$000

As quantias ora existentes em conta corrente ficão sujeitas ás mesmas regras a contar do 1º de Janeiro proximo futuro.

Rio de Janeiro 19 de Outubro de 1864 — MAUÁ MAC-GREGOR & C.

S. Bons Amigos União do Bomfim.

Por deliberação do conselho desta sociedade, e por ordem do nosso presidente, convido a todos os Srs. socios, amigos e consocios de outras sociedades ou corporações religiosas a que o finado Luiz da França Rodrigues fazia parte, para assistirem á missa do trigésimo dia e Libera-me, que por alma do mesmo finado se celebrará, terça-feira 28 do corrente, ás 8 horas, na igreja de S. Pedro.

O conselho desde já se manifesta sumamente agradecido a todos os Srs. socios que espontaneamente contribuirão para que se faça um acto digno da pessoa a quem a sociedade é grata, por ser o finado um dos fundadores e bemfeitores, que jámais seu nome deixará de ser de saudosissima memoria. Secretária da sociedade Bons Amigos União do Bomfim, 25 de Fevereiro de 1865.—O 1º secretario, Porfirio Vieira da Cunha

Companhia Nitherohy e Inhomirim.

PARTIDA DAS BARCAS NOS DIAS UTEIS.

De Nitherohy.

Da corte.

A's 5	em direitura.
A's 5 $\frac{3}{4}$	com escala.
A's 6 $\frac{1}{4}$	>
A's 6 $\frac{3}{4}$	>
A's 7 $\frac{1}{4}$	>
A's 7 $\frac{3}{4}$	>
A's 8 $\frac{1}{4}$	>
A's 8 $\frac{3}{4}$	>
A's 9 $\frac{1}{4}$	>
A's 9 $\frac{3}{4}$	>
A's 10 $\frac{1}{4}$	>
A's 10 $\frac{3}{4}$	>
A's 11 $\frac{1}{4}$	>
A's 11 $\frac{3}{4}$	>
A's 12 $\frac{1}{4}$	em direitura.
A's 2 $\frac{1}{4}$	>
A's 2 $\frac{3}{4}$	>
A's 3 $\frac{1}{4}$	>
A's 3 $\frac{3}{4}$	>
A's 4 $\frac{1}{4}$	>
A's 4 $\frac{3}{4}$	>
A's 5 $\frac{1}{4}$	>
A's 5 $\frac{3}{4}$	>
A's 6 $\frac{1}{4}$	>
A's 6 $\frac{3}{4}$	com escala.

A's 5 $\frac{3}{4}$	em direitura.
A's 6 $\frac{1}{4}$	>
A's 6 $\frac{3}{4}$	>
A's 7 $\frac{1}{4}$	>
A's 7 $\frac{3}{4}$	>
A's 8 $\frac{1}{4}$	>
A's 8 $\frac{3}{4}$	>
A's 9 $\frac{1}{4}$	>
A's 9 $\frac{3}{4}$	>
A's 10 $\frac{1}{4}$	>
A's 10 $\frac{3}{4}$	>
A's 11 $\frac{1}{4}$	>
A's 11 $\frac{3}{4}$	com escala.
A's 12 $\frac{1}{4}$	>
A's 2 $\frac{1}{4}$	>
A's 2 $\frac{3}{4}$	>
A's 3 $\frac{1}{4}$	>
A's 3 $\frac{3}{4}$	>
A's 4 $\frac{1}{4}$	>
A's 4 $\frac{3}{4}$	>
A's 5 $\frac{1}{4}$	>
A's 5 $\frac{3}{4}$	>
A's 6 $\frac{1}{4}$	>
A's 6 $\frac{3}{4}$	>
A's 7 $\frac{1}{4}$	>

M. T. Coimbra.

Companhia de navegação a vapor Espírito-Santo.

Convido os Srs. accionistas desta companhia para se reunirem em assembléa geral extraordinaria, no dia 1 do corrente mez, ás 11 horas da manhã, na rua Direita n. 32, afim de lhes ser presente o relatório da commissão ultimamente nomeada, e bem assim o projecto de reforma dos estatutos. Rio de Janeiro, 25 de Fevereiro de 1865.—O director-gerente, *Manoel José de Faria*.

Sociedade União Beneficente Commercio e Artes.

De ordem do conselho administrativo convido a todos os Srs. socios que se achão em atrazo de suas mensalidades a virem satisfazer seus debitos na thesouraria da sociedade, á rua Sete de Setembro n. 76, das 9 horas da manhã ás 2 da tarde, e das 4 ás 6, afim de não ficarem incursos no art. 48 dos estatutos. Thesouraria da sociedade, em 24 de Fevereiro de 1865.—O thesoureiro, *José Queiroz de Freitas Guimarães*.

Imperial Instituto Fluminense de Agricultura.

De ordem do Exm. Sr. marquez de Abrantes, presidente da directoria do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, se faz publico que segunda-feira 2 do corrente mez haverá sessão da mesma directoria honrada com a augusta presença de S. M. o Imperador, começando ás 6 horas da tarde. Rio de Janeiro, 22 de Fevereiro de 1865.—O secretario, *Dr. Ferreira Soares*.

Côrte, 26 de Fevereiro de 1865.

Agradecimento.

O abaixo assignado summamente agradece á directoria da Imperial Sociedade Auxiliadora das Artes Mecanicas e Liberaes e Beneficente a promptidão com que se prestou em ministrar a beneficencia marcada nos estatutos da mesma sociedade ao meu fallecido irmão, o socio Antonio José de Souza, durante sua enfermidade até seu fallecimento; e bem assim tambem muito agradece ao digno Sr. presidente da mesma a presteza com que S. S. se dignou dar a quantia marcada nos estatutos para o funeral do mesmo fallecido, quantia esta que concorrêa para a ajuda do mesmo funeral.

MANOEL JOSÉ DE SOUZA.

Rio, 26 de Fevereiro de 1865.

Mofina.

PARA O EXM. SR. MINISTRO DAS OBRAS PUBLICAS PROVIDENCIAR.

Chamamos a attenção do Exm. Sr. ministro para o lastimoso e immundo estado em que se acha a rua da Prainha, desde a academia de marinha até o mar, estando intransitavel esta rua desde o fatal dia 10 de Outubro de 1864, devido ao abandono em que a deixou a companhia City Improvement depois de concluir os trabalhos do encanamento, com montes de pedra, pantanos e aguas estagnadas, causando grandes prejuizos ao commercio, á navegação e á saude dos moradores.

Os moradores.

Rio, 20 de Fevereiro de 1865.

CEBODDA 302

Voluntarios da patria.

Apresentou-se no quartel general...